RESOLUÇÃO CONJUNTA SEJUSP/CBMMG/PCMG/ PMMG Nº 13, DE 16 DE MAIO DE 2023.
 Institui Comissão Especial de Acompanhamento para implementação de novo sistema de atendimento e despacho no âmbito dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais.
 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º, do art. 93, da Constituição Estadual, o art. 34 da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e o Decreto Estadual nº 47.795, de 19 de dezembro de 2019; O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 6.624, de 18 de julho de 1975, o Decreto Estadual nº 18.445, de 15 de abril de 1977 (R-100); O CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969 e a Lei Complementar 129, de 08 de novembro de 2013 (Lei Orgânica da Polícia Civil); e O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 54, de 13 de dezembro de 1999;
 RESOLVEM:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial de Acompanhamento para implementação de novo sistema de atendimento e despacho no âmbito dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais, integrada pelos seguintes servidores:

- I – Pela Sejuap:
 - a) Marcos Gonzaga Milagres - Masp 669129-9, titular; e
 - b) Bruno Rodrigues dos Santos - Masp 753047-0, suplente.
- II – Pelo CBMMG:
 - a) Marco Antonio dos Santos - nº BM 127.216-0, titular; e
 - b) Davi Braga Linke - nº BM 160.363-8, suplente.
- III – Pela PCMG:
 - a) Fábio Moraes Werneck Neto - Masp 1174393-7, titular; e
 - b) Victor Brum de Almeida - Masp 930164-9, suplente.
- IV – Pela PMMG:
 - a) Rodrigo Parreira Marins - nº PM 128.945-3, titular; e
 - b) Fabricio Campos Rogério - nº PM 143.902-5, suplente.

§ 1º - A Coordenação da Comissão será exercida pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública por meio dos servidores elencados no inciso I do art. 1º.

§ 2º - Os suplentes somente atuarão diante do impedimento ou ausência de seus respectivos titulares.

§ 3º - Os membros da Comissão realizarão as atividades inerentes à Comissão sem prejuízo das suas funções.

Art. 2º - A comissão terá como atribuição, realizar estudo técnico preliminar e o termo de referência para a implementação de novo sistema de atendimento e despacho no âmbito dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais.

§ 1º - o estudo técnico preliminar deverá ser construído em conformidade com a Lei 14.153/2021.

§ 2º - o estudo técnico preliminar deverá contemplar a análise de preços do mercado.

§ 3º - a comissão terá o prazo de 40 dias úteis para conclusão do estudo técnico preliminar.

§ 4º - a comissão terá o prazo de 60 dias úteis após a entrega do estudo técnico preliminar para a conclusão do termo de referência, devendo este conter a fase de consulta pública.

Art. 3º - A comissão poderá diligenciar qualquer chefia de unidade administrativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais, com o objetivo de obter informação adequada e suficiente para a elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência.

§ 1º - a unidade administrativa diligenciada deverá responder ao questionamento da comissão em até 3 dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa fundamentada e aceita pela comissão.

§ 2º - na ausência de resposta pela unidade diligenciada, a comissão deverá oficiar à CGSISP.

Art. 4º - A participação dos servidores desta Comissão Especial não ensejará qualquer remuneração para os seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 5º - Entregue o estudo técnico preliminar e o termo de referência à Câmara de Coordenação de Políticas de Segurança Pública, com registro em ata de reunião, a comissão de que trata o art. 1º desta Resolução se extinguirá automaticamente.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Coronel Rodrigo Piassi do Nascimento
 Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais

Coronel Erlon Dias do Nascimento Botelho
 Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Delegada Leticia Baptista Gamboge Reis
 Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais

18 1791839 - 1

ATO 332/2023- AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO JUDICIAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede de Mandado de Segurança nº 5083574-18.2023.8.13.0024, concede afastamento ao servidor GUILHERME ALMEIDA SILVA, MASP 1479749 / 2, ASP, contratado, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 24/04/2023 até o término do citado curso, sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

18 1791332 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 047/2023, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 15/02/2023, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, CONVOCA e CITA o servidor LEONARDO MESQUITA DE CARVALHO - MASP 1.447.791-3, Agente de Segurança Penitenciário, lotado à época dos fatos no Presídio de Leopoldina I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da 4ª (quarta) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou através de procurador constituído, tomar conhecimento de seu respectivo processo, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos lhe são atribuídos, que caracterizam, em tese, possível inassiduidade habitual e/ou abandono do cargo, pelo não comparecimento injustificado ao serviço por mais de trinta dias consecutivos e/ou noventa intercalados, no ano de 2022, condata esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos I, V, e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 249, inciso II, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou V do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA.
 Os autos do processo ficarão à disposição do implicado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O requerimento de vistas do PDS poderá ser realizado através do e-mail comissoesajusp10@gmail.com ou pelo telefone (31) 99730-2234, em dias úteis, de 08:00 às 17:00. A Comissão Processante encontra-se instalada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - Prédio Minas - 3º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023
 Ivan Nunes Lopes
 Masp 1.221.148-8
 Presidente de Comissão

18 1791284 - 1

A Superintendente de Recursos Humanos da Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, no uso de suas atribuições:
 CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, por um período de 120 dias à Contratada Temporária: MASP 1492278-5, DIEINI DIEISE OLIVEIRA SILVA, a partir de 10/01/2023.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2023.
 Ana Louise de Freitas Pereira
 Superintendente de Recursos Humanos

18 1791566 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 47795 de 19 de dezembro de 2019, concede afastamento ao servidor DANILO WAGNER SANTOS SOUZA - MASP 1533138-2, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 12/06/2023 e até o término do citado curso, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 47795 de 19 de dezembro de 2019, concede afastamento a servidora JOYCE MARIA BATISTA MENDONÇA - MASP 1515790-2, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 12/06/2023 e até o término do citado curso, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 47795 de 19 de dezembro de 2019, concede afastamento a servidora RAFAELA ARAUJO RABELO - MASP 151.382.9-0, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 12/06/2023 e até o término do citado curso, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 47795 de 19 de dezembro de 2019, concede afastamento a servidora LUTIEGE TAYLANE ALVARENGA VILELA - MASP 1450163-9, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 12/06/2023 e até o término do citado curso, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 47795 de 19 de dezembro de 2019, concede afastamento a servidora KAREN CRISTINA DE MORAES - MASP 1347359-0, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 12/06/2023 e até o término do citado curso, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

18 1791254 - 1

ATO 00351/2023- REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5005860-17.2022.8.13.0153, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1.389.119-9 ALEXANDRE SETH NUNES FERREIRA ,a contar da data de publicação.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

18 1791777 - 1

ATO 00214/2023- REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5005666-41.2021.8.13.0439, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1.133.539-5 ANDRÉ DE SOUZA ALMEIDA, em prorrogação a contar de 09/05/2023.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2023.
 Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

18 1791782 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.225, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Reconduz membros para o Conselho Curador da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso da atribuição prevista no inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir, para regularizar situação funcional, os representantes abaixo designados como membros do Conselho Curador da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, para mandato de dois anos, a contar de 19 de março de 2022, nos termos do art. 8º do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, e observado o art. 66 da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002:

I - pelos servidores da Feam eleitos entre seus pares na forma do regulamento:

- a) titular: Afonso Henrique Ribeiro – Masp 1.366.240-8;
- b) suplente: Lilianna Adriana Nappi Mateus – Masp 1.156.189-1;
- c) titular: Antônio Carlos Rosa – Masp 1.043.740-8;

- d) suplente: Ivone Barbosa de Souza – Masp 1.148.077-9.
- II – pelas entidades de classe de profissionais liberais ligadas à proteção do meio ambiente e recursos hídricos:
- a) titular: Wagner José Pederzoli – Conselho Regional de Química 2ª Região – Minas Gerais – CRO/MG;
- b) suplente: Ana Luiza Dolabela de Amorim Mazzini – CRO/MG;
- c) titular: Flávia Mourão Parreira do Amaral – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – Abes/MG;
- d) suplente: André Amaral Horta – Abes/MG.

III – pela comunidade acadêmica com sede no Estado:

- a) titular: Priscilla Macedo Moura – Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
- b) suplente: Veber Afonso Figueiredo Costa – Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da UFMG.

IV – pelas entidades civis ambientalistas constituídas no Estado:

- a) titular: Ronaldo Visconcellos Novais – Organização Ponto Terra;
- b) suplente: Ronaldo Luiz Rezende Malard – Organização Ponto Terra.

V – pelas entidades estaduais representativas de setores econômicos:

- a) titular: Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg;
- b) suplente: Luis Márcio Vianna – Fiemg.

Art. 2º - Ficam convalidados os atos praticados na 41ª Reunião do Conselho Curador da Feam, realizada em 5 de agosto de 2022.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Presidente do Conselho Curador da Fundação Estadual do Meio Ambiente

18 1791404 - 1

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.227, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Credencia servidora para a prática das atividades relativas às ações de fiscalização e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º - A servidora relacionada no anexo único desta resolução fica credenciada para a prática de atividades relativas às ações de fiscalização e para o exercício das competências específicas contidas no art. 54 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

Marília Carvalho De Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXO ÚNICO

NOME DO SERVIDOR	MASP
Maria Cecília Gonçalves Silveira	1.265.332-5

18 1791377 - 1

RESOLUÇÃO SEMAD Nº3.228, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Credencia servidor para a prática das atividades relativas às ações de fiscalização e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º - O servidor relacionado no anexo único desta resolução fica credenciado para a prática de atividades relativas às ações de fiscalização e para o exercício das competências específicas contidas no art. 54 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXO ÚNICO

NOME DO SERVIDOR	MASP
Miller Ricardo Iginio	1.402.635-5

18 1791384 - 1

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.226, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Credencia servidor para a prática das atividades relativas às ações de fiscalização e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º - O servidor relacionado no anexo único desta resolução fica credenciado para a prática de atividades relativas às ações de fiscalização e para o exercício das competências específicas contidas no art. 54 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXO ÚNICO

NOME DO SERVIDOR	MASP
Elias Nascimento de Aquino Iasbik	1.267.876-9

18 1791411 - 1

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 30 de maio de 2020, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD54, ao servidor Caio Alexandre Santos Caxico Vieira, MASP 1460636-2, a contar de 03 de novembro de 2022, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de janeiro de 2023, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD197, ao servidor Thiago Lacerda Moraes, MASP 1225590-7.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD91, ao servidor Omar José Vale do Amaral, MASP 1396779-9, a contar de 28 de março de 2023, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD12, ao servidor Luiz de Freitas Junior, MASP 1146984-8, a contar de 31 de março de 2023, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 30 de maio de 2020, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD118, ao servidor Rodrigo Martins Goulart, MASP 1148046-4, a contar de 01 de maio de 2023.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Elenice Azevedo de Andrade, MASP 1250805-7, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD54, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Albert Antônio Andrade de Oliveira, MASP 1136494-0, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD197, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Carlos José Brandão, MASP 1155290-8, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD210, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Andrezza Batista de Aguiar, MASP 1367743-0, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD12, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Andrea Batista de Aguiar, MASP 1367743-0, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD12, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Cindy Evelyn Borba Domingueti, MASP 1367215-9, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD118, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Liana Notari Pasqualini, MASP 1.312.408-6, pela remuneração do cargo efetivo de Gestor Ambiental, Nível II, Grau A, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão de DAD-8 MD1100488, a partir de 08 de maio de 2023.

18 1791826 - 1

A Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução SEMAD nº 3.203, de 05 de janeiro de 2023, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA, nos termos do art. 27, II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007,

Parágrafo Único - Será disponibilizada no sítio eletrônico <http://trilhadosaber.meioambiente.mg.gov.br/> lista nominal de candidatos indicáveis para cada unidade administrativa.

Art. 7º – A lista nominal de indicáveis será composta, obedecendo o disposto no art. 3º desta resolução, de servidor estável das carreiras de Analista Ambiental e/ou Gestor Ambiental representando seus pares em cada unidade administrativa.

Parágrafo Único – Não comporá esta lista nominal o servidor que exerce função gerencial, o ocupante de cargo de provimento em comissão de direção ou chefia integrante do Quadro Geral previsto nas Leis Delegadas nº 174 e 175, de 26 de janeiro de 2007, bem como o que se enquadre no conceito de chefia imediata previsto no § 1º do artigo 2º desta resolução.

Art. 8º – Podem realizar a indicação dos servidores para comporem as comissões de avaliação todos os servidores ocupantes de cargo efetivo ou detentores de função pública em exercício na Semad, na Feam, no IEF ou no Igam.

Parágrafo Único – Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão não indicarão servidores para compor as Comissões de Avaliação.

Art. 9º – Cada servidor indicará um candidato dentre as opções constantes na lista nominal de candidatos indicáveis.

§ 1º – Para que a indicação do servidor seja considerada válida, o formulário deverá estar devidamente preenchido e gravado no sítio eletrônico <http://trilhadosaber.meioambiente.mg.gov.br/>.

§ 2º – Será considerado indicado como titular da Comissão de Avaliação o servidor com a maioria simples dos votos, sendo que os demais servidores indicados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de classificação, e atuarão nas Comissões de Avaliação em caso de necessidade.

§ 3º – Caso não haja número mínimo de indicados, as vagas serão preenchidas pelos servidores com maior tempo de serviço nas carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo, instituídas pela Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 10 – Em caso de empate, adotar-se-á como fator de desempate, sucessivamente:

I – o servidor com mais tempo de serviço nas carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo;

II – o servidor que tiver mais tempo de serviço na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo estadual.

III – o servidor de idade mais elevada.

Seção II

Da Apuração dos Membros das Comissões de Avaliação

Art. 11 – A Comissão de Apuração referente ao processo de indicação das Comissões de Avaliação será composta por cinco membros, da seguinte forma:

I – um indicado pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

II – um indicado pelo Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente;

III – um indicado pela Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas;

IV – um indicado pelo Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas;

V – um representante da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

Art. 12 – Compete à Comissão de Apuração acompanhar o processo de indicação das Comissões de Avaliação, bem como apurar as indicações e ainda proclamar os indicados, mediante a lavratura de Ata Circunstanciada dos trabalhos, que será assinada pelos membros que compõem a referida Comissão.

Art. 13 – A apuração das Comissões de Avaliação será realizada por meio de reunião a ser agendada em ambiente virtual ou presencial, considerando os relatórios extraídos do sítio eletrônico <http://trilhadosaber.meioambiente.mg.gov.br/>.

Art. 14 – Ao final da apuração da indicação das Comissões de Avaliação, com a lavratura da ata elaborada pela Comissão de Apuração e com o relatório dos votos gerados por meio do sítio eletrônico <http://trilhadosaber.meioambiente.mg.gov.br/>, serão proclamados os indicados.

Art. 15 – O resultado da indicação das Comissões de Avaliação será publicado por meio de extrato no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais, e divulgado nominalmente no sítio eletrônico <http://trilhadosaber.meioambiente.mg.gov.br/>, abrindo-se o prazo de quarenta e oito horas para apresentação de recurso à Comissão de Apuração.

Art. 16 – O mandato das Comissões de Avaliação será correspondente a dois períodos avaliatórios, podendo ser prorrogado por até dois períodos avaliatórios.

Parágrafo Único - A comissão de apuração é responsável pela contagem de votos do resultado do processo de indicação para a composição dos membros das comissões de avaliação de desempenho.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DE RECURSOS

Art. 17 – As Comissões de Recursos serão compostas por três servidores estáveis, sendo dois titulares e um suplente, ocupantes de cargo efetivo ou detentores de função pública, em exercício no mesmo órgão ou entidade do servidor avaliado, preferencialmente, pelo período mínimo de um ano, para fins de análise do recurso hierárquico interposto.

Art. 18 – O membro da Comissão de Recursos não poderá julgar o recurso interposto por ele próprio ou por servidor:

I – que ele tenha avaliado; ou

II – que seja seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único – Nas hipóteses previstas no § 1º, o membro da Comissão de Recursos deverá ser substituído pelo suplente.

Art. 19 – Os trabalhos da Comissão de Recursos somente serão realizados quando estiverem presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos membros que a compõe.

Art. 20 – Será instituída uma Comissão de Recursos para a Semad, uma para a Feam, uma para o IEF e uma outra para o Igam.

Parágrafo único – Os membros das Comissões de Recursos do órgão e entidades descritos no caput serão indicados pelos respectivos dirigentes máximos.

Art. 21 – O mandato das Comissões de Recursos será correspondente a dois períodos avaliatórios, podendo ser prorrogado por até dois períodos avaliatórios.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 – Em casos de impossibilidade de formação ou de continuidade da Comissão de Avaliação nos termos dos arts. 1º, 2º, 3º e 7º desta Resolução, a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas da Semad poderá instituir comissão específica para finalizar a avaliação de desempenho ou para a conclusão do estágio probatório, por meio de ato administrativo próprio.

Art. 23 – Os casos omissos serão examinados e decididos pela Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas da Semad que, se necessário, poderá solicitar a participação das Procuradorias e das Controladorias Seccionais da Feam, do IEF e do Igam, e da Assessoria Jurídica e da Controladoria Setorial da Semad.

Art. 24 – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

MARILIA CARVALHO DE MELO

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RENATO TEIXEIRA BRANDÃO

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

MARIA AMÉLIA DE CONI E MOURA MATTOS LINS

Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas

MARCELO DA FONSECA

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

18 1791393 - 1

RESOLUÇÃO SEMAD Nº3.229, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Credencia servidor para a prática das atividades relativas às ações de fiscalização e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETARIA DE ESTADO DEMEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º — O servidor relaciona do no anexo único desta resolução ficará credenciado para a prática de atividades relativas às ações de fiscalização e para o exercício das competências específicas contidas no art. 54 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º — Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

MARILIA CARVALHO DE MELO - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANEXO ÚNICO

NOME DO SERVIDOR	MASP
Danilo Itabirano Silva	1.368.293-5

18 1791390 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Márcio José Gomes/Fazenda Santo Antônio ou de Baixo - Matrículas 78.543 e 5.645, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Patos de Minas/MG, PA nº. 1006/2023, Classe 3; 2) Posto Terra Nova Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Patos de Minas/MG, PA nº. 1009/2023, Classe 2.

(a) Ildio Lopes Mundim Filho, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

18 1791746 - 1

O Subsecretário de Regularização Ambiental designado para responder pela Superintendência de Projetos Prioritários torna público o CANCELAMENTO da Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação (LP+LI): HNK BR Indústria de Bebidas Ltda. - Fabricação de cervejas, chopes e maltes e Usinas de produção de concreto comum - Pedro Leopoldo/MG - PA Nº 3328/2021 - Classe 4. Motivo: A pedido do empreendedor. ***Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA/Nº 1370.01.0025934/2021-04. ***Processos de Outorgas vinculados Nº 27133/2021, Nº 27619/2021 e Nº34410/2021.

(a) Vitor Reis Salum Tavares, Subsecretário de Regularização Ambiental designado para responder pela Superintendência de Projetos Prioritários, conforme Ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais -DOMG-e, de 11/05/2023.

18 1791391 - 1

O Diretor Regional de Regularização Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 15/05/2023 a 19/05/2023, conforme ato publicado em 18/05/2023 torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor Regional de Regularização Ambiental da Supram Norte de Minas.

(LAC 1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 1) Mineração Thomazini Ltda. / Mineração Thomazini I Fazenda Bocaina, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Botumirim/MG, PA/nº 1004/2023 ANM 832.234/2006, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº 1370.01.0051642/2022-17.

18 1791499 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de "MG" no dia 15/04/2023 - pág.13) A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, que foi DEFERIDO a ALTERAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado: (...)

Onde se lê: 1) Pequena Central Hidrelétrica Martins/Cemig Geração Oeste S.A. – Barragens de geração de energia – Hidrelétricas. – Uberlândia/MG. – PA SEI Nº 1370.01.0014282/2021-37. - Classe 3, - Decisão: Deferido a alteração da condicionante da condicionante 02 do Anexo I do PU nº 27554927

Leia-se: A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDO a ALTERAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licença de Operação: *Pequena Central Hidroelétrica Martins/Cemig Geração Oeste S.A. – Barragens de geração de energia – Hidroelétricas. – Uberlândia/MG. – PA SEI Nº 1370.01.0014282/2021-37. - Classe 3. - Decisão: Deferido a alteração das condicionantes nº. 02 e 03 do Anexo I do PU nº 27554927.

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro

18 1791505 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Costa Mineração Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Campos Gerais/MG, Processo nº 219/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

18 1791387 - 1

O Diretor Regional de Regularização Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 15/05/2023 a 19/05/2023, conforme ato publicado em 18/05/2023 torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e compartilhamento de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

- LAS cadastro: 1) Paulo César Barreira e Outros/Fazenda Sagarana - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Lassade/MG, nº da licença 39554167, PA nº: 39554167/2018 Classe 2. Válida até: 03/12/2028, do responsável Paulo Cezar Barreira e Outros, CPF 011.***.*** para os novos titulares Patrimônio JBR Ltda., CNPJ 16.576.818/0001-97 e Patrimônio Rabelo Ltda., CNPJ 10.409.540/0001-87.

(a) Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor Regional de Regularização Ambiental da Supram Norte de Minas.

18 1791633 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a exclusão de condicionante do processo abaixo identificado:

*Licença de Operação Corretiva - LOC (LAC 1): 1) IAOPA Agropecuária LTDA/ Fazenda Pouso Alegre - matrículas 14.048; 14.049; 14.050; 14.051; 14.052; 14.053; 14.054 e 14.055. – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, exceto horticultura e Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas). – Monte Alegre de Minas/MG. – PA COPAM Nº 17581/2018/001/2021. - Classe 4. - CONCEDIDA ALTERAÇÃO do prazo de cumprimento da CONDICIONANTE nº. 06, do Parecer Unico nº. 0594404/2021 (SIAM).

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

18 1791268 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que foi alterada a razão social do empreendimento abaixo identificado:

1) De: São Miguel Mineração e Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ: 04.434.853/0001-92 - para: São Miguel Mineração Ltda., CNPJ: 04.434.853/0001-92. PT 04852/ 2012.

Sra Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

18 1791804 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público a alteração de condicionantes do empreendimento abaixo identificado:

1) LAS/RAS: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG / ETE Ermida; Estação de Tratamento de esgoto sanitário e interceptores, emissários, elevatórios e reversão de esgoto, Divinópolis/MG, Processo nº 04342/2021. Decisão: deferimento parcial do pedido de exclusão de alguns parâmetros referente ao monitoramentos dos efluentes industriais item 1, do Anexo II, nos termos do respectivo Parecer Técnico.

Sra Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

18 1791502 - 1

O Diretor Regional de Regularização Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 15/05/2023 a 19/05/2023, conforme ato publicado em 18/05/2023 torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Carlos André Orneles, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Salinas/MG, PA/nº 1013/2023 ANM 830.691/2017, Classe 2.

(a) Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor Regional de Regularização Ambiental da Supram Norte de Minas.

18 1791502 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Concomitante – LAC 1 (LOC): 1) LF Mineração e Beneficiamento Ltda., Lavra subterrânea pegmatitos e gemas, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Coronel Murta/MG, PA nº 1841/2022, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA nº 1370.01.0006344/2022-87. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 18/05/2029.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

18 1791687 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de "MG" no dia 24/08/2022 - pág. 5) O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: Onde se lê:

1) Licença de Operação Corretiva: (LAC 2): *Adson Roberto Ribeiro/ Fazenda Santa Rosa - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)

Leia-se: 1) Licença de Operação Corretiva: (LAC 2): *Adson Roberto Ribeiro/ Fazenda Santa Rosa - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)

*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de "MG" no dia 04/04/2023 - pág. 12) O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licença de Operação Corretiva: (LAC 2): *Adson Roberto Ribeiro/ Fazenda Santa Rosa - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)

Leia-se: 1) Licença de Operação Corretiva: (LAC 2): *Adson Roberto Ribeiro/ Fazenda Santa Rosa - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)

*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público, que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Cláudio Nasser de Carvalho/Fazenda Futura I E II - e Planalto - Culturas Anuais, Excluindo a Olericultura - Brasília/DF - Minas/MG - PT nº 33299/2013, Classe 1 - Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 03/05/2023 (TAC nº 005/2023).

(a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia> e na Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas - SUPRAM NOR, das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação*(*)

(a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

1) Licença de Operação Corretiva (LAC 2): *Luiz Mauro dos Santos/ Fazenda União, Três Veredas, Santo Antônio do Garapa e São Miguel; Fazenda São Miguel; Fazenda Bela Vista; Fazenda Pasto dos Bois, Boi Preto e Gibóia; Fazenda Gibóia e Fazenda Batatais - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Unai/MG, Processo: 1010/2023 - Classe 4. **Informa ainda o Requerimento para regularização e alteração da Reserva Legal e Intervenção Ambiental, Processo SEI/Nº 1370.01.0012051/2023-31. Compensação em imóvel de mesma titularidade ou em imóvel de terceiro 46,1271) ha. Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP (2,90) ha.

18 1791552 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e *prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Agroindustrial Santa Juliana Ltda/Fazenda Nossa Senhora Aparecida/ Taquaral/Genoveva e Fazenda Santa Cruz/Perdizes, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Perdizes/MG, PA nº. 1016/2023, Classe 2; 2) Antônio César Rodrigues/Fazenda Matutina, lugar Grotão e Fazenda Salmo Vinte e Três - Mat.: 11.258, 23.382; 29.401; 32.535, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Matutina/MG, PA nº. 1015/2023, Classe 2.

(a) Ildio Lopes Mundim Filho, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

18 1791750 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 537, DE 10 DE MAIO DE 2023

Aprova a União dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Rio Grande e Vertentes do Rio Grande. O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VIII do art. 41 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, e o inciso IV do art. 4º do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e tendo em vista do disposto na Deliberação Normativa CERH-MG nº 77, de 1º de agosto de 2022. DELIBERA:

Art. 1º – Fica aprovada a união dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Rio Grande - GD1 e Vertentes do Rio Grande - GD2.

Art. 2º – O novo Comitê, a ser instituído com a união dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Rio Grande - GD1 e Vertentes do Rio Grande - GD2, entrará em exercício após o término de seu processo eleitoral.

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 10 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

18 1791840 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão